



A Prefeitura de Olinda interditou, na manhã desta segunda-feira (16), dois estabelecimentos comerciais de sucata. Ambos foram notificados referentes às questões da salvaguarda da saúde do trabalhador. A ação tem o objetivo de trazer melhores condições para todos os moradores, funcionários e comércios que funcionam no Sítio Histórico e seu entorno. Materiais furtados nas prévias de Carnaval na véspera foram recuperados.

Um dos locais, que fica no Varadouro, é residencial e inapropriado para funcionar como e compra e venda de reciclado. Ele foi interditado, lacrado e passará a ser objeto de fiscalização da guarda municipal, que vai verificar se houve abertura do estabelecimento sem que sejam cumpridos os procedimentos legais. O comércio não poderá funcionar no espaço em um momento posterior.

O outro estabelecimento, na Ilha do Maruim, foi interditado pelo Corpo de

Bombeiros, sem condições básicas necessárias para funcionamento com segurança. Não tinha alvará e não possuía documento referente ao estabelecimento, por isso teve de ser interditado.

Um terceiro espaço foi abordado pelas equipes, mas não houve interdição, pois o proprietário não se encontrava no local. Nele, havia muito material relacionado a veículos, como pneus e macacos hidráulicos, provavelmente furtados de carros particulares. Esse material foi levado para a Delegacia de Polícia para que as pessoas que prestaram queixa de veículos furtados possam comparecer à unidade para saber se os carros lhe pertencem.

O local possuía ainda bomba d'água, tonéis de plásticos personalizados da Prefeitura, que ficavam na orla, além de uma tampa de um coletor de lixo, também do município, que estava no Alto da Sé. Vai ser instaurado um inquérito policial e o dono do estabelecimento vai ser ouvido por receptação dolosa.

“A finalidade da ação é que os pontos de sucata e ferros velhos no entorno do Sítio Histórico sejam objetos de fiscalização. Há notícias que de são nesses locais que os furtos praticados pelas pessoas em situação de rua são vendidos para esses locais. E o resultado da venda é utilizado para compra de drogas. Essa é uma ação que fiscaliza estabelecimentos, salubridades dos funcionários, localização em ambiente adequado e inibir que a prática de furtos”, explicou o secretário de Segurança Cidadã, Coronel Pereira Neto.